



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
PODER EXECUTIVO



Processo nº 030201.2020

Consulente: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Contratação do Sr. **Algean Moreira Pereira**

Parecer Jurídico nº 140201

I- RELATÓRIO:

Trata-se de Inexigibilidade, cujo objeto é a contratação do Sr. Algean Moreira Pereira, brasileiro, médico, inscrito no Conselho Regional de Medicina nº 11092, Registro geral 4674865, Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº. 947.232.302-20, residente à rua João Machado, S/N, Centro, Mocajuba - Pará, através da inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo supracitado, para prestação de serviços médicos através de plantões de médico clínico geral, de acordo com a necessidade da secretaria municipal de saúde de Mocajuba.

Encaminhado o processo ao setor de contabilidade da Prefeitura Municipal foi informada dotação orçamentária para atender à despesa e instruir a análise e parecer.

Assim, vieram os autos à análise desta Assessoria Jurídica acerca da possibilidade legal de se proceder à inexigibilidade de licitação para a contratação supra.

É a síntese do relatório.

II- DO DIREITO

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, com fins de prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar em questões afetas à conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

A referida contratação incide no valor total de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) cabe justificar o preço, com o valor de cada plantão de 24 horas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), estimado a quantidade de 14 plantões mensais, sendo o valor do contrato com um teto mensal de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) de acordo com a escala de execução dos serviços, para prestação de serviços médicos através de plantões de médico clínico geral, de acordo com a necessidade da secretaria municipal de saúde de Mocajuba, pelo período de até 10 meses que serão contabilizados a partir da assinatura do contrato, que poderá efetuar-se mediante Inexigibilidade de licitação, nos termos do caput artigo 25, da lei nº. 8666/93, pelo fato do profissional possuir notória especialização na área do objeto que se deseja contratar.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
PODER EXECUTIVO



Para a contratação direta enquadrar-se na hipótese de Inexigibilidade de licitação, foi necessária a justificativa da escolha do profissional prestador dos serviços, assim como, do preço praticado, conforme preceitua o parágrafo único do art. 26 da Lei Federal 8.666/93.

Nesse prisma, foi verificada a prevalência de notória especialização no campo profissional, com desempenho e experiência no desenvolvimento de sua atividade, sendo essencial, indiscutível, e o profissional mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. Ressalta-se também, que o valor dos serviços a serem executados, conforme pesquisa de preço efetuada dentro da categoria, está compatível com os praticados no mercado.

Sendo assim, manifesto-me pela possibilidade da contratação do referido profissional acima qualificado, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei de Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

III- Do Entendimento:

Ante o exposto, e com fulcro nas razões expostas, manifesto-me pela possibilidade jurídica de contratação do referido profissional acima qualificado, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 25, II, c/c Art. 13, III, da Lei de Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

Remetemos assim à deliberação do Ordenador de Despesas.

É o parecer, SMJ.

Mocajuba – Pa, 14 de fevereiro de 2020

GERCIONE MOREIRA SABBÁ

Assessor Jurídico
OAB/PA Nº 21.321